
A batalha pela “verdade histórica” entre Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1930¹

The battle for “historical truth” between Alfredo Ellis Jr. and Sérgio Buarque de Holanda in the 1930s

Diogo da Silva Roiz*

Resumo: Procuraremos pensar como Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda se posicionaram na *batalha sobre a verdade histórica*, que permeava os letrados nos anos 1930, tendo em vista que a produção literária também não deixava de ser um paradigma para a constituição do “princípio de realidade” naquela época, tanto no Brasil como em outros países. Para fazer tal incursão, observaremos como Ellis Jr. se aproveitou dos efeitos da “epopeia bandeirante” construída no período, para escrever uma história dos bandeirantes, além de circunstanciar igualmente suas jornadas, por meio de romances históricos, nos quais, não por acaso, os bandeirantes eram os “grandes homens”, além de “heróis” de seu tempo. Ao mesmo tempo, iremos demonstrar de que forma Sérgio Buarque de Holanda, ao contrário de descrever essa epopeia, buscou justamente

Abstract: We will try to think about how Alfredo Ellis Jr. and Sérgio Buarque de Holanda positioned themselves in the battle over historical truth, which permeated the literate people in the 1930s, considering that literary production was also a paradigm for the constitution of the “principle of reality” at that time, both in Brazil and in other countries. To make such an incursion we will observe how Ellis Jr. took advantage of the effects of the “bandeirante epic” built in the period, to write a history of the bandeirantes, as well as to detail their journeys through historical novels, in which, not by chance, the Girl Scouts were the “great men” as well as “heroes” of their time. At the same time, we will demonstrate how Sérgio Buarque de Holanda, instead of describing this epic, tried to demonstrate his weaknesses, even regarding the narrative about the Girl

* Professor-Associado nos cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), e nos Programas de Pós-Graduação em Educação e no ProffHistória. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde também concluiu estágio de pós-doutorado em 2015. E-mail: diogoser@uems.br. ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-8952-7826>.

demonstrar suas fragilidades, mesmo no que dizia respeito à narrativa sobre os bandeirantes, seus trajes, suas ações, seus percursos e suas estratégias de sobrevivência, além de suas inevitáveis dependências diante das populações nativas.

Scouts, their costumes, their actions, their pathways and their survival strategies, in addition to their inevitable dependencies on native populations.

Palavras-chave: Verdade histórica. Princípio de realidade. Alfredo Ellis Jr. Sérgio Buarque de Holanda.

Keywords: Historical truth. Reality principle. Alfredo Ellis Jr. Sérgio Buarque de Holanda.

Neste artigo procuraremos pensar como Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda se posicionaram na *batalha sobre a verdade histórica*, que permeava os letrados nos anos 1930, tendo em vista que a produção literária também não deixava de ser um paradigma para a constituição do “princípio de realidade” naquela época, tanto no Brasil como em outros países. Para fazer tal incursão, observaremos como Ellis Jr. se aproveitou dos efeitos da “epopeia bandeirante” construída no período, para escrever uma história dos bandeirantes, além de circunstanciar igualmente suas jornadas, por meio de romances históricos, nos quais, não por acaso, os bandeirantes eram os “grandes homens”, além de “heróis” de seu tempo. Ao mesmo tempo, iremos demonstrar de que forma Sérgio Buarque de Holanda, ao contrário de descrever essa epopeia, buscou, justamente, demonstrar suas fragilidades, mesmo no que dizia respeito à narrativa sobre os bandeirantes, seus trajes, suas ações, seus percursos e suas estratégias de sobrevivência, além de suas inevitáveis dependências diante das populações nativas.

Para iniciarmos a discussão, tomemos o fragmento de crônica que segue:

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal arma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé do de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das cousas tangíveis em

comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... (Machado de Assis. O punhal de Martinha. In: SCHWARZ, 2012, p. 309-310).²

Foi assim que o escritor Machado de Assis (1839-1908), ao publicar em *A semana*, em 5 de agosto de 1894, a crônica *O punhal de Martinha*, demonstrava as complexas relações entre verdade e ficção, real e imaginado, num movimento onde a farsa bem-tramada e deixada à posteridade, poderia até ganhar maior visibilidade e tinha, talvez, maior impacto do que o ocorrido, o “verdadeiro” de outrora, mas não eternizado numa narrativa. Narrativa, aliás, que deveria ser produzida por um perito, um especialista reconhecido em seu meio. Para ele não foi por outra razão que o drama eternizado na pena de Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.), no qual Lucrecia, ultrajada por Sexto Tarquínio, resolve não sobreviver à desonra do que lhe havia ocorrido, até que, numa noite, tira sua vida com um punhal, e tal evento viria a ganhar tamanha repercussão na posteridade, dados os desdobramentos orquestrados na trama. Porque, além de ter sido narrado por um perito, o drama também mantinha o registro no qual Lucrecia teria feito tal ação, mas não sem antes denunciar ao marido e ao pai o ocorrido, para que se vingassem por ela.

Já Martinha não é uma nobre romana, nem tampouco seu drama foi contado – mas nisso, talvez, o narrador tente nos enganar com suas estratégias narrativas, pois ele, Machado, nos conta o drama de Martinha. Era uma rapariga franzina, natural de Cachoeira, onde era muito conhecida. Ao contrário de Lucrecia, não hospedava nenhum moço de sangue régio em sua casa, mas fora agredida e insultada por um tal João, “com o sobrenome Limeira”, em vista dos desdêns da moça. Nova agressão se deu à porta de sua casa, mas, com precaução, a moça pedira ao sujeito para não se aproximar. Mas desrespeitando o pedido da moça, o rapaz vai em sua direção, ao passo que sua reação à aproximação do moço a fez desferir-lhe uma punhalada “que o matou instantaneamente”.³ Nesse caso, a diferença das duas ações é ainda o que nos fala Machado, “é justamente a que vai do suicídio ao homicídio” – e poderíamos acrescentar, ao que fará o narrador na sequência: do que poderia ter acontecido, para o quê, de fato, aconteceu.⁴

Mas voltemos à Martinha e Lucrecia, pintadas pela (pena) narrativa de Machado de Assis. Ao aproximar, diferenciar e analisar as relações

entre “real” e “imaginado”, “verdade” e “ficção”, Machado de Assis, em fins do século XIX, nos dá conta de uma contenda, que, naquela época, estava apenas começando a aflorar na crítica literária moderna e na pesquisa histórica, então entendida como “científica”, especialmente, no Ocidente. (SCHWARZ, 1999; ROCHA, 2013; GUIMARÃES, 2011).

No Brasil, como indicaremos abaixo, essas questões estavam apenas começando a se adensar no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja fundação, em 1838, deu maior envergadura ao levantamento documental e à pesquisa histórico-nacional e na Academia Brasileira de Letras (ABL), fundada em 1897, na qual Machado de Assis foi seu primeiro presidente. (GUIMARÃES, 2011). Essas duas instituições foram tendo tamanha importância no Oitocentos brasileiro, tanto no cerceamento da pesquisa histórica, como e na consagração dos “homens de letras”, inclusive, dos “historiadores por vocação” (GLEZER, 1976), que vieram amparar e justificar a criação de instituições similares em vários estados da jovem República brasileira – mesmo se considerarmos que, em muitos casos, as instituições estaduais eram contrárias às diretrizes do IHGB e da ABL, seja no direcionamento de suas pesquisas, seja na consagração de seus sócios, seja ainda no(s) tipo(s) de história(s) que procuravam construir para suas regiões –, quanto no direcionamento de parte da produção literária do País. (FERREIRA, 2002).

Com a criação das primeiras universidades no País, a partir dos anos 1920 e das primeiras Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a partir dos anos 1930, o palco desses debates foi se tornando mais complexo, pois o jogo em torno da institucionalização de cursos e da profissionalização de ofícios, como o de historiador e de crítico literário, fez com que estivesse em discussão a formulação tanto de regras do método como a de procedimentos de pesquisa, que assegurassem a essas áreas sua fundamentação “científica”, além de formar as bases para o desenvolvimento do profissional em crítica literária no Brasil. (FERREIRA, 2002; ROIZ, 2012).

Com base nesses pressupostos, é que devemos indagar: Como Sérgio Buarque de Holanda (SBH) e Alfredo Ellis Júnior (AEJ) pensaram a “verdade histórica” na década de 1930? Quais as diferenças e as aproximações que se estabeleceriam entre a produção literária e a pesquisa histórica na obra desses autores? Quais as conexões que os romances efetivamente produziam com a realidade de outrora, em comparação com a efetuada pelos textos históricos? Essas são as indagações que balizaram a interpretação que procuraremos fazer neste capítulo.⁵

Ao longo dos anos 1920 e 1930, tanto SBH quanto AEJ escreveram obras históricas, artigos para a imprensa periódica, pesquisaram em arquivos e coletaram dados. Mas, igualmente, escreveram romances (mais Ellis Jr. do que Sérgio) e fizeram crítica literária (mais Sérgio do que Ellis Jr.). Com base nessas questões, procuraremos inquirir: como pensaram a verdade; que função lhe davam para a confecção do texto histórico e para o literário; como poderia ser apreendida e o que poderia comprovar. Ao mesmo tempo, não se deve deixar de lado que indagações não menos instigantes também pairavam sobre a produção literária, como vimos acima, e muito bem salientaria SBH em seus artigos do período. (HOLANDA, 1989, 1996a, 2011a). De tal modo que a “verdade” não era apenas um modo de provar (com a comprovação dos testemunhos documentais), a serventia e a propriedade da pesquisa e do discurso histórico, como pretendeu AEJ, ao mesmo tempo que produzia seus romances históricos sobre as jornadas dos bandeirantes e das bandeiras paulistas. Mas sim, pois que, já naquele período, a fronteira entre História e Literatura parecia ser tão tênue, que o simples amparo em documentos, com o objetivo de fornecer uma narrativa “verdadeira” sobre os acontecimentos do passado, não era efetivamente um diferencial seguro para distinguir pesquisa histórica de produção literária.

E, não por acaso, esse momento foi um canteiro fértil que deu embasamento às críticas das Ciências Sociais (então em formação) sobre a pesquisa histórica oitocentista e das primeiras décadas do Novecentos, e essas indagações favoreceram o aparecimento de alternativas, como as mediadas pelo movimento dos *Annales* (ROIZ; SANTOS, 2012). Foi na França do final dos anos 1920, que procuraram demonstrar que a propriedade da pesquisa histórica se encontrava, antes, nas perguntas que eram feitas ao passado do que no modo de se indicava tão somente a autenticidade documental ou se analisavam as fontes, e, por meio delas, se estabelecia um discurso “verdadeiro” sobre o passado, no qual a pesquisa histórica era entendida como “científica”. Tais questões não limitariam a interpretação dos historiadores apenas numa curta duração acontecimental, mas começaria a dar ensejo à produção de análises estruturais do processo histórico, numa dialética entre curta e longa duração, além de procurar estabelecer relações (de aproximação e de diferenciação) entre o passado e o presente.

Os anos 1930, no Brasil, favoreceram não somente tais debates, em vista da criação dos primeiros cursos de Geografia e História no Brasil,

que contou com a vinda de professores franceses para cercearem o desenvolvimento dessas áreas, como *a História das civilizações* (ROIZ, 2012), mas também foi o momento em que se deram o desenvolvimento e a cristalização do movimento e do discurso modernista em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. (CANDIDO, 2011; LUCA, 2011). Daí a *batalha subterrânea* que foi se formando em torno da “verdade histórica”, por meio da profissionalização das áreas do saber, a partir dos anos 1930, na qual a produção literária não deixava de ser um paradigma na constituição do “princípio de realidade”. (ROIZ, 2012), inclusive, para justificar a pesquisa histórica e indicar suas peculiaridades em relação à produção artística e à literária do período, na qual os embates entre “passadistas” e “futuristas” se tornaram ainda mais acirrados do que o foram nos anos de 1920. (PRADO, 2010; MORAES, 2016). Especialmente, porque foi o momento em que o “projeto estético” modernista daqueles anos dava fundamentos à sua reestruturação nos moldes de um “projeto ideológico”, apontando à diluição da vanguarda modernista, em razão da cristalização do discurso e da memória do movimento. Ao falar de *A revolução de 1930 e a cultura*, como contemporâneo e como estudioso do período, Antonio Candido informa que

quem viveu nos anos de 1930 sabe qual foi a atmosfera de fervor que os caracterizou no plano da cultura, sem falar de outros. O movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na história não há dessas coisas. Mas foi um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. Nesse sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um “antes” diferente de um “depois”. (CANDIDO, 2011, p. 219).

E no plano específico do modernismo, Candido indica que a “incorporação das inovações formais e temáticas do Modernismo ocorreu em dois níveis: um nível específico, no qual elas foram adotadas, alterando essencialmente a fisionomia da obra; e um nível genérico, no qual elas estimulavam a rejeição dos velhos padrões”, e, justamente por isso, prossegue o autor, “no decênio de 1930 o inconformismo e o anticonvencionalismo se tornaram um direito, não uma transgressão, fato notório mesmo nos que ignoravam, repeliam ou passavam longe do Modernismo”. (CANDIDO, 2011, p. 225). Apesar de notar a

multiplicidade de fatores que favoreciam a recomposição dos movimentos literários nos anos 1920 e 1930, Candido o faz dando ensejo à leitura do processo, mas tendo em vista o Modernismo como fator aglutinador de tais iniciativas.

Para João Cezar de Castro Rocha (2011) há que se notar que isso se revelaria perspicaz para a maioria dos intérpretes dos movimentos literários do período, porque, durante a disputa entre a cátedra e o rodapé, isto é, o crítico literário profissional, formado nas universidades, e o autodidata, contribuinte dos rodapés dos jornais (e que se tornou mais acalorada a partir dos anos 1940), a cátedra teve ao seu lado o discurso modernista, que foi fundamental para sua vitória, como modelo para cercear suas críticas aos rodapés e aos críticos literários autodidas do período – e foi justamente durante esse período que Antonio Candido se formou na USP, em Ciências Sociais e Políticas.

Ao estudar as vanguardas modernistas no Brasil e na Argentina, Sérgio Miceli (2012) fornece mais subsídios para indagar o perfil conservador por trás das iniciativas vistas como inovadoras dos “agentes sociais” envolvidos nos movimentos literários dos dois países. Para ele enquanto “a maioria dos modernistas brasileiros continuava dependente das oportunidades de inserção no serviço público”, ocasionando e buscando “na medida do factível, resguardar a obra literária do acesso de injunções políticas, um percentual expressivo dos escritores argentinos da geração vanguardista buscou abrigo institucional e lastro financeiro junto aos figurões do mecenato privado”. (MICELI, 2012, p. 29). Nesse sentido, segundo indica, as “condições de emergência das vanguardas não resistiram à mudança drástica das circunstâncias políticas, direcionadas pela coalizão conservadora e vitoriosa no rio da Prata e no Rio de Janeiro” (MICELI, 2012, p. 43), em meados da década de 1930. Por outro lado, nota ainda que

o fato de o espanhol e o português serem os idiomas expressivos dessas vanguardas periféricas barrou naquela conjuntura a difusão internacional de seus autores e obras, mas, em compensação, dilatou as margens de explosão criativa por conta dos reajustes e reciclagens a que tiveram de submeter os empréstimos feitos junto aos modelos europeus. Dito de outro modo, o mercado confinado pelos idiomas ibéricos foi também revertido em trunfo nada desprezível ao alcance dos vanguardistas, ainda que disso não tivessem então plena consciência, em pedágio capaz de preservar certo tônus de riscos e ousadias de

fatura, hoje alicerce irrecusável de um mercado avantajado de bens culturais. (MICELI, 2012, p. 21).

Nesse sentido, é que procuraremos pensar como AEJ e SBH entenderam e responderam a essas indagações e como se posicionaram nesta *batalha sobre a verdade histórica*, tendo em vista que a produção literária também não deixava de ser um paradigma para a constituição do “princípio de realidade” naquela época, tanto no Brasil como em outros países. E, para fazer tal incursão, devemos questionar a possibilidade de utilizar a crônica de Machado de Assis, sintetizada há pouco, para interpretar as estratégias de AEJ e SBH, no que tange às suas produções históricas e literárias do período. Mais precisamente, teria AEJ feito como Lucrécia e aproveitado os efeitos da “epopeia bandeirante” construída no período (FERREIRA, 2002), para escrever uma história dos bandeirantes, além de circunstanciar igualmente suas jornadas por meio de romances históricos, nos quais, não por acaso, os bandeirantes eram os “grandes homens”, além de “heróis” de seu tempo? Enquanto SBH, muito mais próximo de Martinha, ao contrário de descrever essa epopeia, buscou justamente demonstrar suas fragilidades, mesmo no que dizia respeito à narrativa sobre os bandeirantes, seus trajés, suas ações, seus percursos e suas estratégias de sobrevivência, além de suas inevitáveis dependências diante das populações nativas?

Nesse caso, também veremos como AEJ, um “intelectual-letrado” do período (ROIZ, 2013), forjou suas estratégias de ação também por meio de suas incursões históricas e literárias, nas quais o passado não era um mero artefato de pesquisa, mas um componente dinâmico a ser usado no presente, para dar subsídios tanto às suas acusações sobre o governo provisório liderado por Getúlio Vargas, a partir de 1930, como para proporcionar a recuperação da autonomia político-financeira de São Paulo, por meio de ações e do pensamento dos “novos bandeirantes” de seu tempo (dos quais, não por acaso, ele e seus ancestrais faziam parte diretamente). Enquanto SBH, um “letrado-intelectual” (ROIZ, 2013), perpassou pelo interior da vanguarda modernista no início dos anos 1920, rachando como ela no decorrer desse decênio, e vindo a repensar suas ações e opções entre sua estada em Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, e, depois, na Alemanha, até vir, em meados dos anos 1930, sistematizar sua leitura da herança ibérica brasileira, como fator primordial de interrupção do desenvolvimento da democracia nos trópicos.

Para adentrarmos nessas questões, devemos, simultaneamente, pensar tanto a inserção de AEJ como a de SBH na pesquisa histórica e na crítica literária de seu tempo.⁶ Por mais que AEJ parecesse subjugar os empecilhos, as limitações e as críticas à historiografia oitocentista, informando sua atualidade teórico-metodológica, ao estruturar suas análises, por meio de interpretações do processo histórico, nas quais a economia e as formações sociais eram bases fundamentais que direcionavam suas narrativas, nem por isso esse deixou de se amparar nos fundamentos da historiografia oitocentista, que lhe eram informadas, especialmente, pelo IHGB e pelo IHGSP (FERREIRA, 2002). Já SBH, por mais que dimensionasse sua crítica aos fundamentos da escrita da História pautados pela historiografia oitocentista, e, nesse caso, se aproximasse mais do movimento dos *Annales* em ascensão naquele período, em nenhum momento, ele deixou de notar a importância de certos princípios desenvolvidos no Oitocentos pelo historicismo alemão, no qual a história tentou se fundamentar metodologicamente, para alcançar o *status* de ciência. Em particular, os fornecidos pelo historicismo alemão, no qual a obra de Ranke seria uma das bases principais, por propiciar diálogos favoráveis que ampliavam suas perspectivas, e também contrários, ao criticarem suas premissas e proporem alternativas.⁷

Por outro lado, enquanto SBH, desde o início dos anos 1920 era partícipe do movimento modernista de São Paulo e do Rio de Janeiro (ainda que rachasse com alguns segmentos do movimento em 1926), era visto por seus contemporâneos como um dos “futuristas”. AEJ esteve, por sua vez, ao lado dos “verde-amarelos”, envolvido num projeto de reconstrução nacional, no qual o Estado de São Paulo, além de ser a base de uma narrativa de cunho regionalista, que visava a dar subsídios à interpretação da Nação e fundamentar a escrita de uma história nacional, também cerceava o modo com que aqueles atores procuravam usar o passado para interpretar o presente, de maneira a fazerem a herança do passado ser restaurada no presente, por meio das ações dos “novos bandeirantes”.

Todavia, não estamos aqui circunstanciando uma mera disputa entre historiografia metódica oitocentista e movimento dos *Annales*, “passadistas” *versus* “futuristas”, passado paulista *versus* história nacional, como indicam as próprias obras e as trajetórias de AEJ e SBH, mas diante de um processo muito mais complexo, que envolveu uma dialética entre “intelectuais-letrados” e “letrados-intelectuais”, e mediante essas

disputas e contendas que se fundamentaria tanto o ofício de historiador quanto a imagem que se formaria do *acadêmico* no Brasil. (ROIZ, 2013).

A “*verdade histórica*” em Alfredo Ellis Jr.

A revolução venceu. O presidente Washington Luis, homem de uma probidade e de uma rigidez de carácter admiráveis, não tinha, entretanto, o senso preciso na escolha de seus auxiliares. Fez-se rodear por uma turma de ineptos que o traziam mal informado. E o presidente tinha uma idéia errônea da situação. Dest’arte, não tomou as providências necessárias, a tempo, e deixou cégamente que os companheiros do presidente Vargas se armassem e depois desferissem a rebeldia, que, afinal, venceu por várias coincidências que, conjugadas, tornaram ineficaz a acção energética do presidente Washington [sic], sempre sincero e de estremada boa-fé no seu proceder.

Sempre fôra assim! Minas, São Paulo e Rio Grande representaram sempre, os tres trunfos na politica brasileira. Só com esses elementos a politica se vem fazendo desde que o Imperio baqueou em 1889. São os unicos Estados que representam, pelo seu poder economico, os factores de importancia no taboleiro politico do Brasil. O resto de nada vale ou, antes, é um factor desprezível. Não tem poder economico, não tem poderio, enfim, não tem influenciado na politica nacional brasileira.

Eis que se apresenta o problema da sucessão do presidente Washington. Minas, mais experta, depressa ligou-se ao Rio Grande do Sul, deixando São Paulo isolado. E por força tinha que vencer. (ELLIS JR., 1936b, p. 192-193).

Foi assim que o Coronel Villela expôs a situação do Estado de São Paulo em meados da década de 1930, para seu interlocutor Arlindo Silveira, como nos conta AEJ, em seu: *Jaraguá: romance de penetração bandeirante*, no quarto capítulo de sua narrativa, não por acaso, intitulado *Os parasitas*, e que fora publicado, pela primeira vez, em 1936. A mesma explicação apareceu, quase com as mesmas palavras em *A nossa guerra* (1933), que AEJ havia escrito em 1932, logo após os desdobramentos da “Revolução Constitucionalista”, da qual havia participado no *front* de guerra. Esse romance histórico estava ligado a outros. Desde meados dos anos 1920, AEJ estava praticando a escrita de textos literários, ao lado de sua produção histórica, e uma parte desses textos começava a aparecer com maior regularidade no *Correio Paulistano*, onde, após 1923,

AEJ estreitava suas relações com o redator do jornal, Menotti del Picchia (1892-1988) e com autores como: Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Cândido Motta Filho e, particularmente, Afonso de Taunay. (PRADO, 2010).

Em 1928 havia publicado *O thesouro de Cavendish* (1928), em parceria com Menotti del Picchia, e *Pedras lascadas* (1928). Com as alterações do contexto, que se deram entre 1929 e 1932, AEJ ocupou-se de narrar ao mesmo tempo a história dos bandeirantes, por meio de suas pesquisas históricas, que haviam sido iniciadas na década anterior, e contar as “aventuras” desses “desbravadores” em seus romances: *O tigre ruivo* (1934g) e *A madrugada paulista: lendas de Piratininga* (1934h), publicados em 1934, *Amador Bueno o rei de São Paulo* (1935i), editado no ano seguinte, e cujo desfecho, de certo modo, se daria em *Jaraguá: romance de penetração bandeirante*, de 1936. Para Antonio Celso Ferreira o “leitor preferencial de *Jaraguá* pode ter sido o velho paulista, talvez um tanto ressentido com os reveses de 1932, e por isso mesmo identificado com as glórias locais de antanho e suas personagens heróicas”. (2002, p. 337). Além disso,

não há nada no livro que lembre a experimentação estética modernista, apesar do contato que o autor manteve com a vanguarda literária verde-amarela. Ao contrário, Ellis Jr. procurou montar sua narrativa nos moldes dos romances históricos do século XIX. Algumas personagens de *Jaguará* podem, até mesmo, prestar-se a leituras intertextuais, se cotejadas às páginas de José de Alencar, mestre do gênero, ou de Júlio Ribeiro, pioneiro na temática do sertanismo paulista. A proximidade com este último autor é flagrante, não só pelo assunto comum, como também pelo enredo rocambolês e excessivamente maniqueísta. (FERRERIA, 2002, p. 337-338).

Se, no estilo e na experimentação não havia nos textos de AEJ evidências de uma aproximação com a vanguarda literária “verde-amarela”, havia, sim, em relação aos projetos de escrever a História de São Paulo, como o fundamento para o desenvolvimento da própria História do País. (PRADO, 2010). Mas, mais importante do que formarmos tais conjecturas, é o de destacar que, apesar das temáticas estarem articuladas entre seus textos literários e suas narrativas históricas, nem por isso AEJ viria a aproximar a História da Literatura. Em vista das diferenças que o

autor via entre ambas, especialmente, no que dizia respeito ao caráter “verossímil” e “realista” das narrativas históricas, amplamente pautadas por “fontes documentais”, que além de lhe creditarem um patamar “verdadeiro” em suas afirmações e interpretações sobre as sociedades de outrora, tais premissas ainda favoreciam a compreensão dos estudos históricos em “moldes científicos”. (ELLIS JR., 1934b, 1934c, 1936a, 1937).

Contrariamente, porém, às suas assertivas, o que vemos são nítidas experimentações em seus textos literários, que mais que estarem voltados a um público específico de leitores ressentidos com os “efeitos de 1932” (sobre o Estado de São Paulo), parecia justamente o de querer educar e preparar as “novas gerações” para exercerem o papel de

“novos bandeirantes” em seu estado. Daí o tom igualmente “realista” que cerceava suas narrativas literárias, nas quais, muito embora não tivessem diretamente o cotejamento com fontes documentais do período a que se referiam, essas nitidamente traziam a experiência de pesquisa de seu autor, juntamente com suas memórias sobre os eventos de 1932, que então eram habilmente articuladas nas falas de seus personagens em *Jaraguá*. É justamente com essa perspectiva, que procuramos discutir, neste item, os romances históricos de AEJ e como eles estiveram articulados à sua produção histórica dos anos 1930.

Ao compararmos seus livros didáticos de *História* e de *Geografia* da 1ª a 5ª séries do atual Ensino Médio, publicados entre 1934 e 1935, com seus romances históricos sobre as jornadas bandeirantes, publicados entre 1934 e 1936, observa-se, justamente, o sentido pedagógico expresso em ambos. Há entre eles um nítido objetivo de *formação*, não só de leitores e apreciadores da História regional, mas principalmente de “novos cidadãos”, com o intuito de que incorporassem o sentido “desbravador” genuíno dos “velhos bandeirantes”, para que pudessem exercer seu papel no Estado de São Paulo, como os “novos bandeirantes” do século XX. Tome-se o exemplo de “bravura” oferecido por AEJ em seu romance histórico, *Jaraguá*, quando, em 1932, durante as investidas do Exército paulista contra os da Federação, assim se posicionavam no *front* de guerra:

Poucos delles são paulistas, mas eu me reverencio deante das suas figuras que se agiganta[va]m projectadas no meu espirito, pelo que fizeram e eu assisti, quando a batalha fervilhante nos collocava deante da morte

possível, atravessando juntos, hombro a hombro, todos os perigos e vencendo lado a lado todos os obstáculos. (ELLIS JR., 1936b, p. 249).

Aliás, esse será também o papel que AEJ tomará para si, ao narrar a história de sua família, nos anos 1940 e 1950, destacando, especialmente, as atitudes e as funções exercidas, primeiro, pelo avô, o Tenente-Coronel Francisco da Cunha Bueno, que, no século XIX, teria sido um pioneiro do café, e, depois, de seu pai, Alfredo Ellis, como político *exemplar* da Primeira República (ELLIS JR., 1949, 1950, 1960), para culminar em suas próprias ações como advogado, político, professor e historiador das “coisas” e das “causas” paulistas.

Note-se, ainda, que nesse período, AEJ já havia escrito *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (1924), nos anos 1920, no qual conjecturava sobre as primeiras bandeiras de 1599 até 1690, onde destacava: João Pereira de Souza Botafogo, Domingos Rodrigues, André de Lião, Nicolau Barreto Croquis, Belchior Dias Carneiro, Martin Rodrigues, Lazaro da Costa, Antonio Pedroso de Alvarenga, Henrique da Cunha Gago, o velho, Sebastião e Manuel Preto, Fernão Dias Paes, João Correa de Sá, Amador Bueno, dentre outros – e que retomou, em 1939, na sua tese de cátedra *Meio século de bandeirismo (1590-1650)*, na qual se ocupou com “novas pesquisas na documentação arquivada paulista, de publicação oficial, comparadas com conhecimentos anteriores” (Ellis Jr., 1939, p. 2-3), tal como apareceu no subtítulo da tese. Esses estudos lhe deram base para enveredar em outras investigações sobre os “velhos” e os “novos” bandeirantes de sua terra. O processo de pesquisa e, depois, de escrita da história desses “pioneiros”, os bandeirantes, em suas obras dos anos iniciais da década de 1930, favoreceu-lhe ainda na elaboração de seus enredos literários, como podemos notar em muitas passagens de *A madrugada paulista: lendas de Piratininga* (1934h) e de *Amador Bueno o rei de São Paulo* (1935i).

Em 1926, com seu livro, *Raça de gigantes* (1926), AEJ destacava a peculiaridade “étnica” e “racial” do povo planaltino, cujo cruzamento do português com o indígena da terra, deu origem ao “mameluco paulista”, como mostrou em seu *Populações Paulistas*:

A gente paulista que se vem formando depois da imigração de 1888 para os nossos dias [anos 1920 e 1930], poderá ter variado na sua composição racial. A marcha evolutiva está porem fatalizada. O mesmo

“berço esplendido” que produziu o bandeirismo ou a formação da lavoura de café é o que impera. Eis a mesma mesologia geographica, com a mesma climatologia, o mesmo solo, a mesma configuração etc. a servir de ambiente externo para a nossa gente. Seja qual fôr, ella terá de ser sempre superior; ella terá sempre que produzir phenomenos humanos-sociaes ofuscantes. (ELLIS JR., 1934c, p. 10).

Era justamente por isso, que, nos anos iniciais da década de 1930, as duas obras (*O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* e *Raça de gigantes*) estavam sendo revistas, além de vir elaborando outros estudos sobre as *Populações paulistas*, que foram publicados em 1934, mas cujos originais já se encontravam prontos bem antes. Esses também deveriam ser publicados no *Correio Paulistano*, mas enquanto “*Populações Paulistas* estava na redacção desse jornal, quando, sobrevindo o movimento de 30, foi ella vandalicamente destruida”, e os “originaes do ‘*Populações Paulistas*’ acompanharam a desdita da redacção do ‘*Correio Paulistano*’, victima innocente da voragem destruidora dos alliados do Sr. Getulio Vargas, esses que, confessam hoje, tiveram a boa fé de abrir as portas de Itararé ao invasor da nossa terra”. (ELLIS JR., 1934c, p. 7).

Apesar de o trabalho não ser perfeito, como relatou, ele deveria abrir “novos horizontes e novas buscas que se irão fazer”, em vista de ser um “livro baseado ‘na verdade, em toda a verdade, e só na verdade’”. (p. 8, grifo no original). Como em outros estudos, baseou-se nos trabalhos “monumentaes” de Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777), com sua *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* (em 3 volumes), e Luís Gonzaga da Silva Leme (1852-1919), no seu *Genealogia paulistana*. Foi com esses recursos bibliográficos e a pesquisa sobre novas fontes documentais, há pouco publicadas pelo governo do Estado de São Paulo, durante a administração de Washington Luis, que AEJ fez seu livro: *Populações paulistas*, e como antes

tentei fazer com o meu “*Raça de gigantes*” no qual aproveitei os recursos bebidos nos trabalhos dos dois immortaes genealogistas [...], os quaes são dignos de a elles, os paulistas erigirem estatuas, em ouro massiço, que mostrem aos habitantes da terra o muito que lhes devemos. (p. 9).

O painel, que como queria, deveria aparecer ricamente documentado em suas pesquisas, dava-lhe oportunidade de também incluí-lo

sinteticamente em seus livros didáticos de *História*, no qual o voltado para a 5ª série do Ensino Secundário, e feito, segundo ele, de acordo com as normas da reforma do ensino, regulamentadas pelo Decreto n. 19.890. de 18 de abril de 1931, procurava destacar, entre os problemas mais importantes nas Américas e no Brasil dos anos 1920 e 1930, que

os problemas do Brasil são completamente diferentes dos norte-americanos. O Brasil não tem o problema de uma expectativa guerreira com qualquer outro país e as suas lutas são unicamente internas, tendo tido depois de 1930 constantes períodos de lutas [como o de 1932].

O Brasil não tem ainda o problema dos sem trabalho, pelo contrário é um país de vastidão territorial imensa e de uma população pequena que apenas se adensa na parte periférica que pode e deve ainda procurar braço alienígena onde êste se ofereça em melhores condições sob pena de graves conseqüências serem resultantes para o trabalho nas várias regiões dêsse país, especialmente em S. Paulo, região onde abundam os esforços agrícolas e industriais em diversas ramificações do trabalho humano. S. Paulo tem grandes necessidades braçais e portanto precisa imperiosamente da imigração [de europeus e asiáticos] com o que o problema paulista está na questão da imigração.

Além disso, o Brasil tem um problema difícilimo de resolver consistente no pagamento das dívidas externas, por lhe faltarem as condições necessárias para êsse fim. (ELLIS JR., 1935h, p. 636-637).

Aliado à correção desses problemas, especialmente os inerentes a São Paulo, foi que AEJ esboçou suas propostas de interpretação do passado, e como Lucrécia, tomava para si o punhal da História, de modo a construir uma narrativa adequada para seus fins, e a ser exposta à população de São Paulo para tomar as rédeas do processo, tal como o pai e o marido de Lucrécia, vingando-se, mas, nesse caso, dos inimigos do Estado de São Paulo, como um juiz que toma partido de uma causa a seu favor. E como “novos bandeirantes”, ao mesmo tempo, eles deveriam incentivar a recuperação da autonomia econômica e da hegemonia política desse estado com a Federação. Como vimos, o papel dos romances históricos que escreveu, nos anos iniciais da década de 1930, era crucial para articular seu projeto e fornecer subsídios literários, como o papel exercido pelos “heróis”, com a finalidade de propiciar a construção de “novas práticas”, por meio de “revigoradas atitudes” a serem expressas pela “população paulista” em suas ações cotidianas.

Produção literária e “princípio de realidade” em Sérgio Buarque de Holanda

Enquanto AEJ procurava apresentar alternativas para os problemas antevistos por ele e pelos agentes dos locais por onde estava passando, entre os anos 1920 e 1930, como aqueles inscritos no jornal *Correio Paulistano*, escolas da capital paulista, o IHGSP, a APL e na Assembleia Legislativa de São Paulo, de modo a corrigir como um “medico a, não só testemunhar o estado de facto do paciente diagnosticando e apresentando a situação exata do mesmo”, porque “eu tratei de conhecer e fazer conhecidas as causas desse estado”, e o “util disso está em fornecer ao estadista elementos para que elle saiba porque isso aconteceu assim a S. Paulo, fazendo-o ministrar com facilidade a terapeutica se houver algum mal, ou a persistir na linha traçada se houver beneficios” (ELLIS JR., 1937, p. 28-29), como nos indicaria em seu *A evolução da economia paulista e suas causas*, em 1937. E ainda que

o livro presente não [seja] um grito regionalista. Não [seja] uma obra de puro paulistanismo, em que eu reivindicaria justiça unicamente para S. Paulo, cuja situação na União Brasileira, está reclamando uma revisão.

É antes, uma exposição em que a justiça para todos vem sendo advogada (1937, p. 18, grifos no original).

Sendo, por isso, um “intelectual-letrado” (Roiz, 2013) que tenta encontrar mecanismos para intervir em sua “realidade”, para que a justiça seja *advogada a todos*, por meio de um *elogio sobre as tradições do passado*, na qual a “raça de gigantes” daria o norte do sentido “empreendedor” e “desbravador” de São Paulo para as “gerações vindouras”.

Por sua vez, SBH encontrava-se, no início dos anos 1920, imerso nas iniciativas do grupo modernista de São Paulo, o qual representava no Rio de Janeiro, especialmente, na venda e aquisição de assinaturas para a revista *Klaxon* (MONTEIRO, 2012).⁸ Apesar da vida curta do periódico, que circulou entre março de 1922 e janeiro de 1923 (LUCA, 2011), tal experiência havia rendido a ele maior estreitamento de relações com o grupo e, particularmente, com Mário de Andrade. Nesse sentido, tentaremos analisar, neste item, a crítica literária produzida por SBH nos anos 1920 e como ele procurou se debruçar sobre a produção histórica, num período em que transitava entre a crítica literária e a análise

sociológica, para o ofício de historiador, em meados dos anos 1930, e ao qual passaria a se dedicar com maior afinco a partir dos anos 1940. Em 8 de maio de 1922, Mário de Andrade, falando de São Paulo para o colega de iniciativa SBH, que se encontrava no Rio de Janeiro, assim dava o tom do empreendimento:

Sei que *Klaxon* saíra no dia 15 sem falta. É preciso que não te esqueças de que fazes parte dela. Trabalha pela nossa Ideia, que é uma causa universal e bela, muito alta. Estou à espera dos artigos e dos poemas que prometeste. E não te esqueças do teu conto. Desejo conhecer-te na ficção.⁹

Como indica Pedro Meira Monteiro, ao interpretar a lembrança de Mário na sua carta a SBH, que “instava o destinatário a uma atividade que, de fato, ele nunca chegou a desenvolver a fundo”, uma vez que o “campo da imaginação ficaria reservado, então, para a atividade crítica e para uma narrativa em outro registro, quando, mais tarde, Sérgio se notabilizaria como historiador e, ao mesmo tempo, escritor de pulso”. (MONTEIRO, 2012, p. 22, nota 5). Pouco tempo depois, em junho de 1922, SBH dá notícias a Mário do modo como a revista estava sendo, então, recebida no Rio de Janeiro:

Mando-lhe os dois jornais [o ataque e a resposta em defesa de *Klaxon*]. Além desses saíram mais dois artigos, dois ataques a *Klaxon*, um no *Fon-Fon*, do Gustavo Barroso e outro no *Mundo Literário*, creio que do Enéias Ferraz. Não respondi ao do *Fon-Fon* por ser uma nota sem importância. Quanto ao do *Mundo Literário* espero responder por essa mesma revista se me permitirem. Se não, estou na dúvida se deixo de fazer a seção paulista ou se continuarei a pregar as ideias klaxistas que são as minhas nessa mesma seção. Convidaram-me para fazê-la por estar o Ribeiro Couto doente em Campos do Jordão. Com a ida dele para Marselha para onde foi nomeado auxiliar de consulado ficarei com ela definitivamente.¹⁰

Nota-se pelas palavras de SBH seu entusiasmo pelo empreendimento, cuja rebeldia literária ia contra o “campo literário” (Bourdieu, 1996) então definido no Rio de Janeiro, no qual suas regras estavam sendo parcialmente quebradas por um grupo de “novatos” de São Paulo no mundo literário então cristalizado no Rio, o que justificava o tamanho

das críticas que a iniciativa recebeu na imprensa periódica do Rio de Janeiro. (LUCA, 2011; MONTEIRO, 2012). Se, de um lado, isso valeu a SBH certa experiência com o mundo das letras e o círculo dos letrados de São Paulo e do Rio de Janeiro, inclusive, com a parceria que fez com Prudente de Moraes, neto, quando tentaram empreender um projeto semelhante, com a criação da revista *Estética*, em 1924, surpreendendo até o silêncio (ou a falta de entusiasmo) de Mário de Andrade¹¹ pela iniciativa. De outro, o entusiasmo inicial de SBH pelo movimento modernista de São Paulo estava progressivamente arrefecendo, na mesma medida em que começavam a se formar os contornos de um novo “cânone literário”. (KOTHE, 2003). E se vê justamente o começo dessa mudança de expectativas, com relação ao movimento modernista em São Paulo e no Rio de Janeiro, em seu artigo “Perspectivas”, publicado na revista *Estética*, em 1925, no qual SBH diria que

paralela a essa tendência que não é um privilégio do homem primitivo, a necessidade de *confissão*, essa doença moderna que condena à morte, pela palavra e pela sintaxe, todos os sentimentos que nos oprimem, toda *manifestação* de vida inoportuna correspondente a essa mesma lei de aspiração ao inerte. (HOLANDA, 1996a, p. 217-218).

E a “mesma lei de aspiração ao inerte” era o rumo que parecia estar tomando o movimento modernista, que, cada vez mais, fragmentava suas iniciativas, como expressou de forma mais contundente ainda em seu artigo “O lado oposto e outros lados”, onde ressaltava:

É indispensável para esse efeito romper com todas as diplomacias nocivas, mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia, suprimir as políticas literárias e conquistar uma profunda sinceridade pra com os outros e pra consigo mesmo. A convicção dessa urgência foi pra mim a melhor conquista até hoje do movimento que chamam de “*modernismo*”. Foi ela que nos permitiu a intuição de que carecemos, sob pena de morte, de procurar uma arte de expressão nacional. (HOLANDA, 1996a, p. 224).

Daí a necessidade de combater todas as formas de expressão fossilizadas pelo tempo, ainda que viessem a se insurgir sobre a bandeira do “cânone” que fundaram no passado. Dos fantasmas a serem combatidos, o “academicismo [...] em todas as suas várias modalidades

[...] já não é mais um inimigo, porque ele se agita num vazio e vive à custa de heranças”, e seus autores se “acham situados positivamente *do lado oposto* e [...] fazem todo o possível para sentirem um pouco a inquietação da gente da vanguarda”. (HOLANDA, 1996a, p. 225). E o que idealizam, “em suma, é a criação de uma elite de homens, inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e com o povo”, e por sua vontade de “nos impor uma hierarquia, uma ordem, uma experiência que estrangulem de vez esse nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo”. (p. 226). Aqui SBH demonstra sua posição diante da situação a que se encontrava o movimento modernista entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fragmentando suas intenções e seus objetivos, na mesma medida em que começava a se formar um certo “cânone” em torno de suas iniciativas.

Nesse ponto o autor Holanda é categórico:

Prefiro homens como Oswald de Andrade, que é um dos sujeitos mais extraordinários do modernismo brasileiro; como Prudente de Moraes Neto; Couto de Barros e Antônio de Alcântara Machado. Acho que esses sobretudo representam o ponto de resistência necessário, indispensável contra as ideologias do construtivismo. Esses e alguns outros. Manuel Bandeira, por exemplo, que seria para mim o melhor poeta brasileiro se não existisse Mário de Andrade. E Ribeiro Couto que com *Um homem na multidão* acaba de publicar um dos três mais belos livros do *modernismo* brasileiro. Os outros dois são *Losango cáqui* e *Pau-Brasil*. (1996a, p. 227-228).

Sabe-se o desenrolar dessas questões: as críticas que SBH recebeu por suas avaliações do modernismo, resultaram em sua ida para Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, em 1927, onde, no exercício do jornalismo, entremeado pela defesa de causas jurídicas (onde praticou, por pouco tempo, a profissão a que havia sido formado em Direito), lhe renderam a alcunha de “Doutor progresso”. (SALIBA, 2009; NICODEMO, 2014). Do mesmo modo é conhecido seu retorno para o Rio de Janeiro no ano seguinte, onde viria a representar os periódicos do estado, vindo depois a ser correspondente na Alemanha,¹² local em que passaria de 1929 até o início dos anos 1930. (MONTEIRO, 1996, 1999). É muito interessante notar como SBH veria da Alemanha as reviravoltas sobre o preço do café, com a crise das bolsas em Nova York e, em 1930, a sua percepção acerca dos eventos que se seguiram após as reviravoltas das

eleições daquele ano e que conduziram Getúlio Vargas ao poder. (HOLANDA, 2011a, p. 37-42). Ao mesmo tempo que o é sua avaliação da Literatura brasileira, onde enfatizava que entre os incentivadores da inesperada iniciativa [que foi o modernismo no País], encontramos nomes respeitados, como o de Guilherme de Almeida e de Menotti del Picchia, e, ao lado deles, apareciam os de Mário e Oswald de Andrade, então ainda quase desconhecidos do grande público, mas que eram, na realidade, os líderes do movimento. (HOLANDA, 2011a, p. 43). Note-se, aqui, a articulação desses argumentos com sua avaliação de 1926, em *O lado oposto e outros lados*, no qual Guilherme de Almeida representava o “academicismo retrógrado”. E, nesse, Menotti del Picchia era, então, um representante direto dos “verde-amarelos”; e ambos sendo preteridos em prol do nome de Mário e Oswald de Andrade.

Mas, muito mais incisiva seria a avaliação que expressou em 1936, em seu *Ratizes do Brasil*, no qual sintetizava a questão dizendo que o “essencial de todas as manifestações, das criações originaes como das cousas fabricadas, é a *forma*” (HOLANDA, 1936, p. 160), com que são concebidas e, depois, postas em “prática”. E ao aplicar tal premissa para pensar a história do País, dava-se que para “nós é [...] a rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação [e poderíamos acrescentar do pensamento] que nos parece ser o requisito [...] de toda disciplina social”. (1936, p. 145-146). Instado por essas questões, é que SBH viria a expor, em 1939, no seu artigo “Caminhos e fronteiras”, publicado na *Revista do Brasil*, que

todo o sentido da história paulista prende-se por muito tempo aos caminhos, atalhos de pé posto ou estradas seguidas, sobretudo às vias de penetração criadoras de cidades e disciplinadoras do povoamento. O estudo desses caminhos detém-nos justamente no processo através do qual a plasticidade admirável dos colonizadores procura imprimir a um mundo novo desconhecido estilos de vida que lhes são mais familiares e aplica-se nisso com extraordinária consistência. A consistência do couro – não a do ferro e do bronze – dobrando-se, adaptando-se, amoldando-se a todas as asperezas e peculiaridades da terra. (HOLANDA, 2011a, p. 84).

E o papel do “gentil da terra”, dos índios acostumados com tais caminhos, foi fundamental para o sucesso da empresa levada a cabo pelo colonizador. Assim, vemos como, aos poucos, vai se formando a

sensibilidade do historiador, que a experiência pela crítica literária ajudou a moldar, com a preocupação não só de investigar o passado, mas, antes, de inquirir modos de como compreendê-lo e, ao mesmo tempo, de superá-lo em seu presente histórico. Mas aqui ainda não estava plenamente definido o historiador, porque sua análise do processo histórico continuava permeada pela crítica literária e a análise sociológica. A primeira edição de *Raízes do Brasil* revela isso muito bem. (HOLANDA, 1936). O SBH historiador se estabeleceria, a partir dos anos 1940 (CARVALHO, 2003; ROIZ, 2013; NICODEMO, 2014), quando passou a rever criticamente suas posições estabelecidas nos anos 1930, inclusive com relação a autores como Gilberto Freyre. (MATA, 2016).

Ao circunstanciar, portanto, as mutações que tanto no passado quanto em seu presente histórico, vinham propiciar possibilidades de transformação social, SBH faria como Martinha, que, à revelia das possibilidades de seu contexto, utilizou-se do punhal do processo histórico, não para desferir um golpe mortal em seu algoz, o passado ibérico, mas para expor a seus leitores e leitoras, as “raízes” que se encontravam “ocultadas” no passado. Mais precisamente, não se fixando nas tradições literárias de sua época, muito embora essas viessem a lhe inspirar diretamente, SBH procurou “exorcizar o passado” dos “corações” e “mentes” de seus interlocutores diretos e de seus leitores e leitoras. Com base num jogo de metáforas, no qual o estudo dos “pares antitéticos” (CANDIDO, 2006), fundamentaria suas narrativas sobre o passado brasileiro, nas quais mais importante do que conhecer este passado era, antes, saber se desvencilhar dele (HOLANDA, 1936), para que novas expectativas sobre o presente e o futuro pudessem ser criadas, na medida em que os processos democráticos fossem apreendidos com maior regularidade pela sociedade civil, e essa viesse a interferir diretamente sobre as decisões políticas.

Considerações finais

Por mais que fosse crítico das *tradições*, e em relação ao modo como estavam sendo usadas em sua época, inclusive, no que dizia respeito aos campos histórico e historiográfico (e, particularmente, nas narrativas de caráter ufanista), AEJ não deixava de se pautar por elas em suas obras históricas, assim como em seus romanes históricos, nos quais a apresentação de certa rotina bandeirante, suas cruzadas, iniciativas, intempestividades, lutas e aventuras, apareciam de forma intensa e

apaixonada. Muito embora, durante esse período, o autor procurasse efetivamente demonstrar a distância entre criação artística e literária e produção e pesquisa histórica, vimos como seus romances e suas obras históricas estavam intimamente relacionadas, inclusive, com seus manuais didáticos, para destacar a história dos bandeirantes, seus desdobramentos nas lavouras de café e no processo de industrialização a que se encontrava o Estado de São Paulo, nos anos iniciais da década de 1930.

Nesse percurso, vimos também como foi importante para AEJ pautar-se pelas premissas indicadas por Fustel de Coulanges, no que se referia ao trato das fontes, para ser construído um discurso de cunho verdadeiro, imparcial, objetivo e científico. Assim como suas ligações com os “verde-amarelos” lhe rendeu, além de amizades no interior daquela confraria de “homens de letras”, caminhos para começar a divulgar sua produção no *Correio Paulistano*, antes de publicá-la na forma de livros (fato, aliás, que se alteraria com a tomada do poder efetuada por Getúlio Vargas, no final de 1930, e entre seus desdobramentos estaria a censura a periódicos e jornais, como o *Correio Paulistano*). Daí, com esses recursos, almejar dar maior substrato e densidade às suas afirmações sobre os caminhos que seguiam o Estado de São Paulo e a Federação, nos anos iniciais da década de 1930. Assim como começar a rever seus princípios teórico-metodológicos e suas interpretações sobre a escrita da História de São Paulo e do Brasil, construídas em seus primeiros textos, que foram publicados nos anos 1920, como *Raça de gigantes*, de 1926. E nisso também está sua apreciação do termo “raça”, ao passo que SBH se voltaria para as questões “culturais” do passado e de seu próprio tempo.

Com isso, vimos como SBH esteve ligado inicialmente aos “futuristas” de São Paulo, como um de seus representantes no Rio de Janeiro; de que maneira ele rachou com alguns seguimentos do movimento, ainda que mantivesse laços estreitos com Mário de Andrade (e que duraram até sua morte em fevereiro de 1945). Nesse percurso, de uma cidade para a outra e de um país para o outro, o crítico literário foi se aproximando dos estudos históricos. Mas sua primeira tentativa sistemática de interpretação da História do Brasil, em seu livro de estreia: *Raízes do Brasil*, de 1936, ainda estaria carregada de uma interpretação sociológica. (GUSMÃO, 2012).

Além disso, vimos como ele se aventurou pelos campos da poesia e da crônica, mas como revelaria a Mário, não conseguia formular uma escrita tão livre e descompromissada, o que o fez se distanciar da produção

literária, mas não de sua crítica e interpretação dos textos literários. Foi justamente nesse trabalho como jornalista que rendeu a SBH acumular certo “capital cultural” (Bourdieu, Passeron, 2008), que, depois, seria revertido em suas incursões pelos estudos históricos, nos quais sua sensibilidade literária, aliada à sua interpretação das fontes documentais, inclusive, e complementando com a análise de cronistas de época, lhe assegurou condições para começar a produzir suas primeiras interpretações sobre a história do País, ainda que enraizadas em premissas sociológicas. Mesmo considerando que não estivesse limitado aos princípios esboçados primeiramente por Ranke, e que inauguraram o historicismo alemão em meados do século XIX, SBH não os deixou de lado, assim como sua experiência de crítico literário, as quais foram consignadas na maioria de seus textos históricos dos anos 1940 e 1950 (HOLANDA, 1996a, 1996b, 2011a, 2011b).

Notas

¹ Versão revista e resumida do terceiro capítulo de nossa tese de doutorado: *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”*: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). Tese (Doutorado em História) – UFPR, 2013. O texto original está disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/29822/R%20-%20T%20-%20DIOGO%20DA%20SILVA%20ROIZ.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 dez. 2018. Agradeço aos pareceres anônimos recebidos que contribuíram, com suas indicações e sugestões, na revisão e melhoria do texto.

² O texto original de Machado de Assis pode ser encontrado em suas obras completas publicadas em 4 volumes, no v. 4, p. 1.017-1.019, edição revista e publicada em 2015 pela Editora Nova Aguilar; ou em: http://www.cronicas.uerj.br/home/cronicas/machado/rio_de_janeiro/ano1894/05ago1894.html. Acesso em: 20 jul. 2019.

³ Mesmo nesse caso as fronteiras entre real e imaginado são muito tênues, em vista de Martinha, no limite, também ter sido uma criação de Machado de Assis. Agradeço a José Vasconcelos por sua observação na defesa da tese.

⁴ Portanto, assim como Aristóteles, em seu *Tratado da poética*, havia dado maior realce e importância à Poesia Épica do que à narrativa histórica, dado que essa se estenderia ao geral (e, como a Filosofia, poderia dar simultaneamente lições morais), ao passo que a História tão somente se fixaria no particular. Também nesse caso, certa versão ganharia respaldo na posteridade, donde o silenciamento

de seu *Tratado da retórica*, onde Aristóteles retoma a questão, ao comparar o discurso histórico com o jurídico, e dar a devida importância a cada um deles, especialmente ao histórico. (ROIZ, 2012, 2013).

⁵ E quais outras poderiam ser ainda incluídas, tais como: De que maneira ela seria apreendida com o estudo das fontes e na análise dos documentos e da bibliografia? Que relações teria com a realidade extratextual do passado e do presente? Como esses campos contribuiriam com a formação do indivíduo e das identidades coletivas do passado e do presente? Que funções teriam para a sociedade?

⁶ Lembrando que neste período SBH tangenciava ainda pela análise sociológica, enquanto AEJ estava se convertendo em meio a certa “indução” para a prática dos estudos históricos. Agradeço a Estevão Rezende Martins, por sugerir o acréscimo desta observação.

⁷ Como viria, muitas décadas depois, em meados dos anos 1970, a dirimir em sua análise da obra de Leopold von Ranke, originalmente publicada em 1974, na *Revista de História* da USP (Holanda, 1996c, p. 162-218).

⁸ Veja-se ainda a carta de Nico D. Horigutchi a SBH, de 18 de março de 1922, na qual informa sobre a leitura que fez do artigo que Sérgio publicou na “Rio-Journal”. Siarq/Unicamp, Cp13 P5. Ou a de Murilo Mendes, na qual informa a remessa do soneto atendendo à solicitação. **Carta de Murillo Mendes a SBH, de 29 de março de 1922**, Siarq/Unicamp, Cp14 P5. Ou mesmo a de Tácito de Almeida, informando futuras colaborações, inclusive com a revista *Klaxon*. **Carta de Tácito de Almeida a**

SBH, de 27 de junho de 1922, Siarq/Unicamp, Cp15 P5. Todas essas missivas indicam o quanto SBH estava se aplicando no projeto coletivo que representava a revista *Klaxon*, na qual ele começava a exprimir seus ideais junto com o grupo dos modernistas de São Paulo.

⁹ Carta de Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, de 8 de maio de 1922. (*Apud* MONTEIRO, 2012, p. 20-21). A original se encontra arquivada no Siarq/Unicamp, Cp19 P5.

¹⁰ Carta de SBH a Mário de Andrade, de junho de 1922. (*Apud* MONTEIRO, 2012, p. 37-38). Os originais se encontram no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), no fundo Mário de Andrade.

¹¹ Como vemos nas cartas que SBH enviou neste período, e cujas respostas tardaram a chegar, e quando chegaram surpreenderam SBH, pelas notas que expressava o amigo Mário. **Carta de SBH**

a Mário de Andrade, Rio de Janeiro, de maio de 1924; Carta de SBH a Mário de Andrade, Rio de Janeiro, após abril de 1925; Carta de SBH a Mário de Andrade, Rio de Janeiro, de 2 de dezembro de 1925; Carta de SBH a Mário de Andrade, Rio de Janeiro, de 12 de janeiro de 1926; Carta de SBH a Mário de Andrade, Rio de Janeiro, de 26 de fevereiro de 1926. E cuja resposta Mário de Andrade apresentaria em carta enviada a SBH, em 13 de fevereiro de 1926. (*Apud* MONTEIRO, 2012, p. 65-89). Os originais das cartas de SBH a Mário, encontram-se no fundo Mário de Andrade do IEB; a de Mário a SBH, no Siarq/Unicamp, Cp26 P5.

¹² Não temos como aprofundar, com a devida atenção, as condições socioculturais e intelectuais da Alemanha, quando SBH lá esteve no final dos anos 1920. Para uma apreciação dessa questão, ver (RINGER, 2000).

Referências

Obras de Alfredo Ellis Jr.:

- _____. *O bandeirismo paulista e o recúo do meridiano*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1924.
- _____. *Raça de gigantes: a evolução no Planalto Paulista. Estudos da evolução racial antropológica e psicológica do paulista dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX e das mesologias físicas e social do Planalto Paulista. Com Prefácio de Afonso de Taunay*. São Paulo: Editorial Hélios Limitada – Novíssima, 1926.
- _____. *A nossa guerra. Estudo de synthese critica politico-militar*. 2. ed. São Paulo: Editora Piratininga, 1933.
- _____. *Confederação ou separação*. 3. ed. rev. e aumen. São Paulo: Editorial Paulista, 1934a.
- _____. *O bandeirismo paulista e o recúo do meridiano*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934b.
- _____. *Populações paulistas*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1934c.
- _____. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euroamericano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936a.
- _____. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- _____. *Meio século de bandeirismo (1590-1640)*. São Paulo: FFCL/USP, 1939 (Boletim IX, n. 1, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).
- _____. *Um parlamentar paulista da República*. São Paulo: FFCL/USP, 1949 (Boletim CII, n. 9, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).
- _____. *A economia paulista no século XVIII*. São Paulo: FFCL/USP, 1950a (Boletim 115, n. 11, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).
- _____. *Um parlamentar paulista da República: subsídios para a história da República em S. Paulo e subsídios para a história econômica de São Paulo*. São Paulo: João Bentivegna, 1950b.
- _____. *O café e a Paulistânia*. São Paulo: FFCL/USP, 1951 (Boletim 141, n. 13, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).
- _____. *Tenente-Coronel Francisco da Cunha Bueno pioneiro da cafeicultura*. São Paulo: Do autor, 1960.
- _____. *História da Civilização – 5ª série*. São Paulo: Livraria Acadêmica; Saraiva & Cia., 1935h.
- _____; PICCHIA, M. del. *O thesouro de Cavendish*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928.
- _____. *Pedras lascadas*. São Paulo: Hennies Irmãos & Cia., 1928.
- _____. *O tigre ruivo*. São Paulo: A Gazeta, 1934g.
- _____. *A madrugada paulista: lendas de Piratininga*. São Paulo: Editorial Paulista, 1934h.
- _____. *Amador Bueno o rei de São Paulo*. São Paulo: J. Fagundes, 1935i.
- _____. *Jaraguá (Romance de penetração bandeirante)*. São Paulo: Empresa Editora J. Fagundes, 1936b.

Obras de Sérgio Buarque de Holanda:

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Organização e introdução de Francisco de Assis Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária I (1920-1947)*. Organização, introdução e notas de Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a, v. 1.

_____. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária II (1948-1959)*. Organização, introdução e notas de Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b, v. 2.

_____. *Para uma nova história*. Org. de Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004a.

_____. *Escritos coligidos, 1920-1949*. Org. de Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edunesp, 2011a.

_____. *Escritos coligidos, 1950-1979*. Org. de Marcos Costa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edunesp, 2011b.

Obras sobre Alfredo Ellis Jr.:

ABUD, K. *O sangue intímato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1985. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1985.

ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Edunesp, 2011.

ELLIS, M. *Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974*. São Paulo: Bentivegna, 1997.

FERREIRA, A. C. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In: GLEZER, R. (org.). *Do passado ao futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 321-341.

FERRETTI, D. Z. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n. 41, p. 59-78, 2008.

Obras sobre Sérgio Buarque de Holanda:

BARBOSA, F. A. Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil. In: Vários. *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. Secretaria do Estado da Cultura. São Paulo – SP: Arquivo do Estado; USP e Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. p. 27-54.

BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Edunesp, 2005.

CALDEIRA, J. R. C. (org.). *Perfis buarquianos: ensaios sobre Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: IMESP, 2005.

CANDIDO, A. *A educação pela noite*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

_____. *O discurso e a cidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

- _____. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. SP: Companhia das Letras, 2006, p. 235-50.
- _____. Contos de duas cidades. In: CALDEIRA, J. R. C. (org.). *Perfis buarquianos: ensaios sobre Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: IMESP, 2005, p. 9-16.
- _____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: CALDEIRA, J. R. C. (org.). *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.
- _____. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998a.
- _____. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998b.
- _____. Sérgio em Berlim e depois. In: CALDEIRA, J. R. C. (org.). *Vários escritos*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 323-335.
- _____. Sérgio, o radical. In: *Vários. Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. Secretaria do Estado da Cultura. São Paulo – SP: Arquivo do Estado; USP e Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. p. 61-65.
- CARVALHO, M. V. C. *Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940)*. 2003. Tese (Doutorado de História) – Unicamp, IFCH, Campinas, 2003.
- COSTA, M. A. S. *Biografia histórica: a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980*. 2007. Tese (Doutorado em História) – UNESP/Assis, 2007.
- EUGÊNIO, J. K. *Ritmo espontâneo: organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora João Kennedy, 2011.
- FRANZINI, F. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.
- GALVÃO, W. N. Presença da literatura na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Estudos Avançados*; v.15, n. 42, p. 471-486, 2001.
- GLEZER, R. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. 1976. Tese de doutorado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 1976. 2v.
- GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857*. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Eduerj; Anpuh 50 anos, 2011.
- GUSMÃO, L. Notas epistemológicas sobre Sérgio Buarque de Holanda historiador. In: GUSMÃO, L. *O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p. 173-338.
- LARA, C. *Klaxon & Terra Roxa e outras terras: dois periódicos modernistas de São Paulo*. São Paulo: IEB, 1972.
- LUCA, T. R. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Edunesp, 1999.
- LUCA, T. R. *Leituras, projetos e (re)visita(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Edunesp, 2011.

- MARRAS, S. (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp, 2012.
- MICELI, S. *Vanguardas em retrocesso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp; UERJ, 2008.
- MONTEIRO, P. M. *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2015.
- MONTEIRO, P. M. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas/SP: Unicamp, 1999.
- MONTEIRO, P. M. Sérgio Buarque de Holanda e os atores da nossa revolução. *Cadernos de História Social*, Campinas (SP), n. 4, p. 59-72, 1996.
- MONTEIRO, P. M. (org.) *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência*. São Paulo: Companhia das Letras, Edusp, 2012.
- MORAES, E. J. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da PUC/Rio, Ponteio, 2016.
- NICODEMO, T. L. *Urdidura do vivido: visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: Edusp, 2008.
- NICODEMO, T. L. *Alegoria moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese de doutorado em História; FFLCH/USP, 2011.
- NICODEMO, T. L. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil, 1930-1960. In: MARRAS, S. (org.) *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp, 2012. p. 109-132.
- NICODEMO, T. L. *Alegoria moderna: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2014.
- PRADO, A. A. *Itinerários de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana de 22 e o integralismo*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- RINGER, F. K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2000.
- ROCHA, J. C. C. *Raízes do Brasil: biografia de um livro-problema*. In: MARRAS, S. (org.) *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp, 2012, p. 19-40.
- ROCHA, J. C. C. *Crítica literária: em busca do tempo perdido*. Chapecó/SC: Argos, 2011.
- ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba/PR: Editora Appris, 2012.
- NICODEMO, T. L. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual": projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. 2013. Tese de doutorado em História, UFPR, 2013.
- SALIBA, E. T. De Pafuncio Pechincha a Sérgio Buarque dos Países Baixos: formatos da narrativa humorística brasileira. In: MURARI, F. (org.). *Antigos*

e modernos: diálogos sobre a (escrita da) História. São Paulo: Alameda, 2009. p. 231-248.

SANCHES, R. R. *Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente.* 2007. Tese (Doutorado

em Sociologia) – Unesp, Campus de Araraquara, 2007.

WAIZBORT, L. O mal entendido da democracia – Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76, p. 39-62, 2011.